

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
CTSS	
N.º Único	623 079
Entrada/Sessão n.º	30 / Data 17 / 1 / 19

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança
Social
Deputado Feliciano Barreiras Duarte,

Assunto: Audição da Direção da CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e do Senhor Presidente do Instituto da Segurança Social

A Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) realizou eleições para os seus órgãos sociais para o mandato 2019-2022.

Os órgãos sociais ora eleitos, com o Sr. Padre Lino Maia como Presidente da Direção, divulgaram um manifesto em que se produzem acusações muito relevantes ao Governo em geral e ao Instituto de Segurança Social em particular.

Entre outras afirmações destacamos “os poderes públicos não vêm demonstrando pelo setor social e solidário o respeito que claramente manifestam por outros setores da vida nacional” e, ainda mais incisiva “exibem uma espécie de suspeição relativamente aos méritos e importância nacional da intervenção do nosso setor, sugerindo e insinuando pretensas dependências de apoios públicos para desvalorizar essa mesma ação” e, finalmente, “a atuação hostil dos serviços do Instituto da Segurança Social constitui a mais evidente e nociva manifestação dessa suspeição”.

Mais, o manifesto é ainda claro na acusação de que as IPSS's não têm uma verdadeira autonomia de gestão, pois tudo é condicionado por circulares, normas, acordos de gestão, inspeções.

O Grupo Parlamentar do PSD respeita e reconhece a importância do trabalho

desenvolvido pelas instituições do setor social e solidário e entende que estas acusações são gravíssimas.

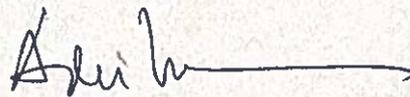
Aliás, o Grupo Parlamentar do PSD entende ser intolerável o risco manifestado de uma “cultura larvar e ideológica” de retirar a autonomia de gestão aos dirigentes das IPSS’s, para os tornar meros executantes de instruções do Estado.

Porque o discurso do Governo não coincide com a prática, também nesta área de atuação, é fundamental o esclarecimento e acompanhamento destas situações.

Assim, no âmbito das competências da Assembleia da República, vêm os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, abaixo assinados, nos termos legais e regimentais aplicáveis, solicitar a Vossa Ex.^a o agendamento de audições, com carácter de urgência, a realizar em Comissão, primeiramente à Direção da CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e, posteriormente ao Senhor Presidente do Instituto da Segurança Social.

Palácio de São Bento, 15 de janeiro de 2019

Os Deputados


(ADÃO SILVA)